

[illegible]

entre

 e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
23 de outubro de 2015

P f

05.11.15

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	3
CLÁUSULA II REQUISITOS	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	5
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	9
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	15
CLÁUSULA VI RESGATE ANTÉCIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	16
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	18
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	24
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	28
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	35
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	37
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	39



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA HILL VALLEY PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular,

I. de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

HILL VALLEY PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 12º Andar – Conjunto 1201 - Parte, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 22.626.793/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Companhia" ou "Emissora"); e

II. de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato, representada na forma do seu estatuto social, por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hill Valley Participações S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS**

1.1. Autorizações da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 23 de outubro de 2015 ("Ato Societário da Emissão"), na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus

termos e condições; (ii) a aprovação da alienação fiduciária das ações de emissão da Tempo Participações S.A. ("Tempo") que venham a ser de titularidade da Emissora; e (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas no Ato Societário da Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta Restrita e à constituição da Alienação Fiduciária de Ações, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, pela Emissora ("Oferta Restrita") será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

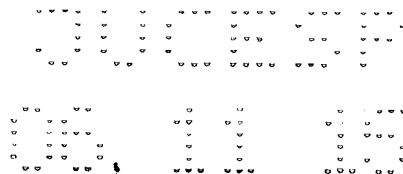
2.2.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.3. Arquivamento dos Atos Societários na Junta Comercial e Publicação nos Jornais de Grande Circulação

2.3.1. O Ato Societário da Emissão será devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Junta Comercial") e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias" ("Jornais de Publicação"), conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Arquivamento da presente Escritura na Junta Comercial

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão devidamente protocolados na Junta Comercial em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua respectiva celebração, conforme disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente, devendo a Emissora enviar 1 (uma) via original da Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seus respectivos arquivamentos na Junta Comercial.



2.5. Depósito para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão devidamente depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações

2.6.1. O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações deverá ser registrado no competente cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca de domicílio da Emissora e do Agente Fiduciário, na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures, em série única.

3.4. Garantias

3.4.1. Garantia Real. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo: (a) a totalidade da dívida representada pelas Debêntures, considerando-se os valores devidos a título de principal e Juros Remuneratórios; (b) todos os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido); (c) eventuais despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, incluindo sua remuneração, na qualidade de representante dos Debenturistas, no exercício de suas funções relacionadas à Emissão; e (d) todos os tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais e extrajudiciais e o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos Debenturistas (“Obrigações Garantidas”), a Emissora deverá constituir em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Tempo que venham a ser adquiridas pela Emissora por meio de oferta pública voluntária de aquisição de ações representativas do controle da Tempo, cujo edital específico com os termos e condições da oferta será publicado oportunamente (“OPA de Aquisição de Controle” e “Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente). O ônus sobre as ações representativas do capital social da Tempo, conforme mencionado nesta Cláusula 3.4.1, deverá ser constituído e formalizado, observada a condição suspensiva prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), em até 01 (um) Dia Útil contado da data da liquidação financeira da OPA de Aquisição de Controle, nos termos e condições definidos no “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”).

3.4.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.4.1 acima, a Emissora deverá também constituir em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária sobre a totalidade das ações representativas do capital social da Tempo que venham a ser adquiridas pela Emissora no âmbito de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro, cujo edital específico com os termos e condições da oferta será publicado oportunamente (“OPA de Cancelamento de Registro” e, em conjunto com a OPA de Aquisição de Controle, “OPAs”). O ônus sobre as ações de titularidade da Emissora representativas do capital social da Tempo, conforme mencionado nesta Cláusula 3.4.1.1, deverá ser constituído e formalizado em até 01 (um) Dia Útil contado da data da liquidação financeira da OPA de Cancelamento de Registro, por meio da celebração de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (cujo modelo é parte integrante do próprio Contrato de Alienação Fiduciária de Ações).

3.4.1.2. Não obstante o disposto nas Cláusulas 3.4.1 e 3.4.1.1 acima, e tendo em vista que ações adicionais poderão vir a ser adquiridas pela Emissora mesmo após as liquidações financeiras iniciais de cada uma das OPAs (inclusive por conta de exercício de direitos de acionistas da Tempo derivados da regulamentação aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações), na hipótese de a Emissora vir a adquirir ações remanescentes representativas do capital social da Tempo, a Emissora também deverá aditar o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações para que seja constituído ônus sobre a totalidade das ações efetivamente adquiridas pela Emissora no âmbito de qualquer das OPAs. Esse(s) aditamento(s) deverá(ão) ser firmado(s), conforme aplicável, no prazo de até 01 (um) Dia Útil contado do último dia em que seria possível a adesão de qualquer dos acionistas da Tempo à OPA de Cancelamento de Registro (*put period*).

3.4.1.3. Fica desde já estabelecido que, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for realizada a Incorporação Permitida, conforme definida na Cláusula 7.1.1 (h) abaixo, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações deverá ser aditado de forma a refletir: (i) que o alienante fiduciário das ações da Tempo passará a ser o Hill Fundo de Investimento em Participações (“Hill Fundo”); e (ii) que as ações alienadas fiduciariamente pelo Hill Fundo em favor dos Debenturistas corresponderão à totalidade das ações da Tempo detidas pelo Hill Fundo e deverão representar, a qualquer tempo, no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) das ações representativas do capital social da Tempo.

3.4.1.4. Convolução em Debêntures da Espécie com Garantia Real. Uma vez verificada a constituição da Garantia Real, nos termos da Cláusula 3.4.1 e seguintes acima, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária e passarão a ser da espécie com garantia real.

3.4.1.4.1. As Partes ficam desde logo autorizadas a celebrar aditamento a esta Escritura, a ser firmado com base na minuta anexa à presente como **Anexo I**, para formalizar, dentre outros aspectos, a convolução da espécie das Debêntures de “quirografária” para “com garantia real” mediante a constituição da Alienação Fiduciária das Ações nos termos da Cláusula 3.4.1 e seguintes acima. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do conteúdo do respectivo aditamento, cuja celebração deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados do registro do Contrato de Alienação Fiduciária das Ações nos cartórios competentes, conforme estabelecido no referido contrato, observado ainda o disposto na Cláusula 5.1 abaixo.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados à realização da OPA de Aquisição de Controle e à realização da OPA de Cancelamento de Registro.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Primeira Emissão da Hill Valley Participações S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM nº 539” e “Instrução CVM nº 554”, respectivamente) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (a) “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (b) “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.6.2.2. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder.

3.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais.

3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores, (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais, (iii) possuir investimentos financeiros em valor

superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), (iv) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da cláusula 2.2 acima; (ii) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (v) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

3.6.7. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese, e será admitida, a exclusivo critério da Emissora, a distribuição parcial das Debêntures.

3.6.7.1. Na hipótese de distribuição parcial das Debêntures, as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas deverão ser obrigatoriamente canceladas.

3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador

3.7.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e dos serviços de escrituração das Debêntures será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Liquidante" e "Escriturador", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

3.8. Objeto Social da Emissora

3.8.1. De acordo com o estatuto social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Companhia compreende a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas


4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 05 de novembro de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade e Permutabilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com quirografia, a ser convolada em espécie com garantia real, nos termos desta Escritura.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

p 

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão vencendo, portanto, em 05 de novembro de 2020 ("Data de Vencimento").

4.1.6.1. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data de Vencimento (exclusive).

4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a 2,95% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios").

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive).

4.2.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI *Over*, desde a Primeira Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso), inclusive, até a respectiva data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI *Over*, variando de 1 (um) até nDI.

nDI = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “nDI” um número inteiro; e

TDIk = Taxa DI *Over*, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI *Over* de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 2,9500; e

DP = número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

- (a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casa decimais, com arredondamento; e
- (e) a Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI *Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de (i) extinção, (ii) ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou (iii) impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação às Debêntures da Taxa DI *Over*, adotar-se-á a última Taxa DI *Over* disponível até que seja definida a taxa que vier a substituí-la. Na ausência de taxa substitutiva, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar (i) da extinção ou da impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação da Taxa DI *Over* às Debêntures, ou (ii) do fim do prazo de 10 (dez) dias de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI *Over*, convocar Assembleia Geral de Debenturistas no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que deverão ser aplicados de maneira a refletir, da melhor maneira possível, a variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis* a partir da Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.2.2.2 acima, sendo que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures será a última Taxa DI *Over* disponível.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será

mais realizada e a Taxa Diária ^{Over} então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.8. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Observado o disposto na Cláusula 4.3.1.1 abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas, conforme cronograma abaixo, ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Facultativa Parcial (“Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário”):

Data	% do Valor Nominal Unitário
05 de maio de 2017	10,0000%
05 de novembro de 2017	15,0000%
05 de novembro de 2018	20,0000%
05 de novembro de 2019	25,0000%
Data de Vencimento	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos em 5 (cinco) parcelas, nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário, ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Facultativa Parcial (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (“Local de Pagamento”).

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. A primeira subscrição e integralização das Debêntures se dará, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Primeira Data de Integralização"). A partir da Primeira Data de Integralização, as Debêntures passarão a ser subscritas e integralizadas no mercado primário pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data da respectiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, na forma do artigo 7-A da Instrução CVM 476, no prazo de até 6 (seis) meses a contar da data de início da distribuição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP, observados, ainda, os termos do Contrato de Distribuição.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ("Avisos aos Debenturistas") e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<http://ri.tempoassist.com.br/hillyvalley>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente

Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.13. Certificados de Debêntures e Comprovação de Titularidade

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Direito de Preferência

4.17.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.18. Classificação de Risco

4.18.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Aditamentos

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e protocolados na Junta Comercial em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data das respectivas datas de assinatura. No prazo de até 3 (três) Dias Úteis após o registro de eventuais aditamentos na Junta Comercial, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma cópia digitalizada dos referidos aditamentos, sendo certo que, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis após o registro dos referidos aditamentos na Junta Comercial, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário a respectiva via original devidamente registrada.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO
FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.1.1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial de Debêntures.

6.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP, ou publicação nos Jornais de Publicação ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus (i) ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, (ii) aos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, e (iii) ao prêmio flat incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, conforme tabela abaixo ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"):

Período do Resgate	Valor do Prêmio (%)
Período compreendido entre a Data de Emissão e 05 de novembro de 2017 (inclusive)	1,50
Período compreendido entre 05 de novembro de 2017 (exclusive) e 05 de novembro de 2018 (inclusive)	1,00
Período compreendido entre 05 de novembro de 2018 (exclusive) e 05 de novembro de 2019 (inclusive)	0,75
Período compreendido 05 de novembro de 2019 (exclusive) e 04 de novembro de 2020 (inclusive)	0,50

6.1.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.5. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.2. Amortização Facultativa Parcial

6.2.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização facultativa parcial do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do referido valor, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures (“Amortização Facultativa Parcial”).

6.2.2. A Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP, ou publicação nos Jornais de Publicação (“Comunicação de Amortização Facultativa Parcial”), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva amortização (“Data da Amortização Facultativa Parcial”).

6.2.2.1. Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial, os Debenturistas farão jus: (i) ao pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, (ii) aos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data da Amortização Facultativa Parcial e (iii) ao prêmio flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, conforme tabela abaixo (“Valor da Amortização Facultativa Parcial”), devendo tal amortização abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação:

Período da Amortização	Valor do Prêmio (%)
Período compreendido entre a Data de Emissão e 05 de novembro de 2017 (inclusive)	1,50
Período compreendido entre 05 de novembro de 2017 (exclusive) e 05 de novembro de 2018 (inclusive)	1,00
Período compreendido entre 05 de novembro de 2018 (exclusive) e 05 de novembro de 2019 (inclusive)	0,75
Período compreendido 05 de novembro de 2019 (exclusive) e 04 de novembro de 2020 (inclusive)	0,50

6.2.2.2. Na Comunicação de Amortização Facultativa Parcial deverá constar: (a) a Data da Amortização Facultativa Parcial; (b) menção ao Valor da Amortização Facultativa Parcial; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

6.2.3. Caso ocorra a Amortização Facultativa Parcial de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Facultativa Parcial também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.2.4. A data para realização da Amortização Facultativa Parcial deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 a 7.4 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.2.2.1 desta Escritura, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos eventos descritos nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 abaixo (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”).

7.1.1. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.2 abaixo:

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária assumida perante os Debenturistas e decorrente desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil a contar do referido descumprimento;
- (b) cessão, promessa de cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de quaisquer das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (c) ocorrência de: (i) decretação de falência, extinção, dissolução, insolvência e/ou liquidação da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável, exceto pela liquidação de controladas da Emissora que representem 2% (dois por cento) ou menos do patrimônio líquido da Emissora conforme constante das últimas demonstrações financeiras auditadas da Emissora; (ii) pedido de falência ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, conforme aplicável, formulado por terceiros e não elidido por meio de depósito judicial e/ou contestada no

prazo legal; ou (iii) pedido de aut falência ou insolvência, conforme aplicável, formulado pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas;

- (d) realização de redução de capital social da Emissora, após a Primeira Data de Integralização, sem que haja a anuência prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto: (i) pela redução de capital a ser realizada para cancelamento das ações resgatadas no âmbito da OPA de Cancelamento de Registro; ou (ii) por eventual redução de capital decorrente da Incorporação Permitida;
- (e) caso a Emissora ou qualquer de suas controladas promova qualquer medida com o propósito de fazer com que esta Escritura ou qualquer outro documento da Emissão e/ou de qualquer de suas disposições seja anulado, considerado nulo, inválido ou inexecutável nos termos da legislação aplicável ou de decisão judicial, final, interlocutória ou liminar, administrativa ou arbitral;
- (f) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Tempo, exceto: (i) a incorporação da Emissora pela Tempo ("Incorporação Permitida"); ou (ii) operações societárias realizadas dentro do grupo econômico formado pela Emissora e/ou suas controladas que envolva exclusivamente sociedades controladas direta ou indiretamente pela Emissora;
- (g) não manutenção do controle direto ou indireto da Emissora por fundos de investimento geridos por afiliadas do Grupo Carlyle (conforme abaixo definido), exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (h) disposição, transferência, cessão, alienação ou constituição de qualquer outro ônus sobre quaisquer ações representativas do capital social da Emissora, da Tempo e/ou de qualquer sociedade na qual a Emissora detenha participação direta ou indireta e que sejam de titularidade da Emissora, exceto caso seja realizada oferta pública inicial de ações da Tempo (IPO), hipótese em que poderá ocorrer a venda de ações da Tempo em mercado secundário, desde que observados os termos do item "g" acima; e
- (i) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

7.1.1.1 Para fins da alínea "g" da Cláusula 7.1.1 acima, entende-se por "Grupo Carlyle" o conjunto das seguintes pessoas jurídicas: TCG Gestor Ltda., Carlyle HILL South America Buyout Fund (Delaware) L.L.C, America HILL do Sul Investimentos (Delaware), L.L.C, AS Partners HILL (Delaware), L.L.C e Brazil HILL Buyout Coinvestment (Delaware) L.L.C, Hill Fundo de Investimento em Participações e Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II e/ou suas subsidiárias e/ou fundos de investimento.

7.1.2. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes desta Escritura, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.3 abaixo:

- (a) ocorrência de vencimento antecipado de obrigações assumidas em quaisquer títulos emitidos ou contratos firmados pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, por meio de quaisquer instrumentos ou títulos, observados os respectivos prazos de cura, em

valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado;

- (b) protesto de títulos ou de obrigação de qualquer natureza ou negativação em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo protesto, exceto se seja(m) devidamente sustado(s), levantado(s) ou tenha(m) seu(s) efeito(s) prático(s) suspenso(s) (inclusive no caso dessa sustação, levantamento ou suspensão dos efeitos do protesto ocorrer por conta de prestação de garantias em juízo ou quitação do valor supostamente devido), em qualquer dessas situações, por medida judicial ou extrajudicial proferida em até 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência do efetivo protesto ou negativação;
- (c) não cumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, de: (i) qualquer decisão judicial transitada em julgado ou qualquer decisão judicial que implique em efetivo desembolso e/ou penhora de qualquer dos ativos da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em qualquer dessas situações, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e/ou (ii) qualquer decisão arbitral ou administrativa definitiva contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas que implique em efetivo desembolso, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a data da referida decisão arbitral ou administrativa;
- (d) provarem-se falsas ou enganosas as informações prestadas pela Emissora, inclusive por meio de documento público ou particular de qualquer natureza, ou omissão de informações que, se fossem do conhecimento dos Debenturistas, poderiam alterar o julgamento dos Debenturistas a respeito da Alienação Fiduciária de Ações;
- (e) provarem-se incompletas as informações prestadas pela Emissora, inclusive por meio de documento público ou particular de qualquer natureza que, se fossem do conhecimento dos Debenturistas, poderiam alterar materialmente o julgamento dos Debenturistas a respeito da Alienação Fiduciária de Ações;
- (f) descumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no respectivo prazo de cura ou, na sua ausência, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação recebida pela Emissora do Agente Fiduciário acerca do referido descumprimento ou da data da ciência, pela Emissora, do referido descumprimento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as obrigações referentes à perfeita constituição da Alienação Fiduciária de Ações para as quais não haverá prazo de cura, cujo descumprimento possibilita o vencimento antecipado imediato pelos

Debenturistas, observados os termos, condições e prazos estabelecidos na Cláusula 3.4 desta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

- (g) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do respectivo plano, bem como independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (h) utilização dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na Cláusula 3.5.1 desta Escritura;
- (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal ou qualquer forma de distribuição de recursos aos seus acionistas pela Emissora, caso: (i) esteja descumprindo quaisquer de suas obrigações previstas nesta Escritura, (ii) ainda não tenha ocorrido a Incorporação Permitida, e/ou (iii) referida distribuição ocorra de maneira diversa daquela prevista na Cláusula 7.1.2.1 abaixo;
- (j) caso a OPA de Cancelamento de Registro (ou qualquer outra modalidade de oferta pública ou estrutura diversa com a finalidade de fechamento de capital da Tempo que venha a ser determinada após avaliação das OPAs pela CVM) não seja concluída no prazo de até 6 (seis) meses contados a partir da Data de Emissão, os quais poderão ser prorrogados por mais 4 (quatro) meses caso seja necessário em decorrência de exigências formuladas pela CVM;
- (k) caso a Alienação Fiduciária: (i) seja objeto de questionamento judicial, arbitral, ou administrativo pela Emissora ou por quaisquer de suas controladoras, coligadas, controladas, sociedades sob controle comum e/ou afiliadas; (ii) seja declarada inválida ou se torne ineficaz em razão de decisão judicial, arbitral ou administrativa, ainda que não apresentem caráter definitivo, desde que os efeitos de referida decisão não tenham sido revogados ou suspensos no prazo de até 20 (vinte) dias contados da sua ocorrência; (iii) seja anulada; ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir;
- (l) inadimplemento de obrigações assumidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, por meio de quaisquer instrumentos ou títulos perante quaisquer terceiros (exceto pelas obrigações relacionadas à Emissão das Debêntures), em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão até o respectivo inadimplemento;
- (m) alteração do objeto social da Emissora ou de qualquer de suas controladas que modifique a atividade principal de tais sociedades, conforme disposto em seus respectivos estatutos sociais vigentes na Data de Emissão, exceto pelas alterações que não sejam materiais e/ou



não comprometam a capacidade da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas de honrar com suas obrigações decorrentes desta Escritura; e

- (n) caso a Emissora deixe de manter os seguintes Índices Financeiros, os quais serão acompanhados semestralmente com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e/ou revisadas da Emissora ("Índices Financeiros"), sendo que a primeira verificação ocorrerá com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015:

- a. Dívida Líquida/EBITDA Consolidado (i) menor ou igual a 3,00 (três inteiros) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (inclusive); (ii) menor ou igual a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (inclusive); (iii) menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (inclusive); e (iv) menor ou igual a 2,00 (dois inteiros) a partir de 1º de janeiro de 2018 e até o vencimento das Debêntures, observada a Cláusula 7.1.2.1 abaixo.

Para fins desta Escritura, consideram-se:

Dívida Líquida: a somatória das dívidas da Emissora e de suas controladas consolidadas perante pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, tais como mútuo, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, diferencial a pagar em operações de derivativos, cessão de direitos creditórios não performados e que não contem com seguro *performance*, avais e todas as garantias prestadas a terceiros; menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras da Emissora (incluindo os rendimentos de tais montantes), observado que não serão considerados como dívida para fins deste cálculo os montantes devidos pela Emissora a título de "Parcela Retida" (conforme definido no **Anexo II** à presente) no âmbito das OPAs.

EBITDA Consolidado: significa o resultado antes do imposto de renda, contribuição social, equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, ajustado pela (A) adição a esse valor, sem duplicação:

- (i) das despesas de depreciação e amortização;
- (ii) das despesas financeiras líquidas;
- (iii) das despesas com processos de fusões, aquisições ou venda de ações companhia e/ou a maioria de seus ativos, desde que não excedam 3% (três por cento) do valor da respectiva transação;
- (iv) das despesas relacionadas negócios descontinuados da Tempo, incluindo, entre outros, (1) quaisquer despesas ou pagamentos no âmbito dos contratos de venda das unidades de (1.i) planos odontológicos, (1.ii) seguradora saúde e (1.iii) serviços de administração e *back-office* em saúde e odontologia e (2) quaisquer despesas ou pagamentos relacionados ao processo de descontinuação da unidade de serviços de *homecare* ("Medlar") e ao processo de fechamento de capital da companhia, desde que não excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (v) da remuneração do gestor (a ser indicado pelo Conselho de Administração da Companhia), assim como demais despesas e/ou pagamento de valores sujeitos

à compensação através do mecanismo de Parcela Retida, desde que não excedam R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais);

- (vi) das (reversões)/despesas de contingência;
 - (vii) da remuneração não caixa em plano de opções ou similar;
 - (viii) dos (ganhos) / perdas na venda de ativos fixos;
 - (ix) Despesas relacionadas à mudança de localização/endereço da sede ou escritórios operacionais da companhia;
 - (x) Despesas relacionadas com IPO e/ou despesas relacionados à estruturação de operações de dívida, desde que não excedam 3% (três por cento) do valor da respectiva transação;
 - (xi) dos dividendos recebidos de subsidiárias não controladas e não consolidadas nas demonstrações financeiras da Emissora; e
- (B) subtração a esse valor das contingências efetivamente pagas.

O EBITDA Consolidado será calculado numa base *pro forma* de forma a dar efeito a qualquer aquisição, como se cada aquisição tivesse sido efetuada no primeiro dia de qualquer período de 12 (doze) meses, conforme atestado por um diretor da Emissora.

7.1.3 Sem prejuízo da alínea “n” e observada a alínea “i”, ambas da Cláusula 7.1.2 acima, fica desde já estabelecido que a distribuição de dividendos (ou qualquer forma de distribuição de recursos aos acionistas) pela Emissora estará limitada: (i) ao mínimo legal, até a realização da Incorporação Permitida; (ii) a 25% do lucro líquido da Emissora, caso a razão Dívida Líquida/EBITDA Consolidado seja superior a 2,50; (iii) a 50% do lucro líquido da Emissora, caso a razão Dívida Líquida/EBITDA Consolidado seja superior a 2,0 e inferior a 2,50; (iv) a 75% (setenta e cinco por cento) do Lucro Líquido da Emissora, caso a razão Dívida Líquida/EBITDA Consolidado seja superior a 1,00 e inferior a 2,00; e (v) a 100% do lucro líquido da Emissora, caso a razão Dívida Líquida/EBITDA Consolidado seja inferior a 1,00.

7.1.4 Para fins da alínea “h” da Cláusula 7.1.1 acima, caso ocorra a Incorporação Permitida, esta Escritura deverá ser aditada no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da referida incorporação de forma a refletir que a Tempo passará a ser a emissora das Debêntures, ficando o Agente Fiduciário desde já autorizado a celebrar referido aditamento, não havendo necessidade, portanto, de realização de Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário enviar à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência da respectiva ocorrência.

7.3. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 7.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.3.2 abaixo. A Assembleia Geral aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for realizada a Assembleia Geral referida na Cláusula 7.3 acima, comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia Geral.

7.3.2. Se, na Assembleia Geral referida na Cláusula 7.3 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

7.3.3. Caso não haja deliberação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinando que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, inclusive na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, por falta de quórum na 2ª (segunda) convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar à Emissora, com cópia para a CETIP, comunicação escrita informando tal acontecimento, em até 1 (um) Dia Útil contado de sua ocorrência, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo.

7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 7.2, 7.3.1 e 7.3.3 acima.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação ou dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, o que ocorrer primeiro: (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e das demonstrações financeiras completas da Tempo, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora e/ou à Tempo, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora e/ou da Tempo; (2) memória de cálculo, elaborada pela Emissora, contendo todas as rubricas necessárias para demonstrar o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e (3) declaração de representante legal da Emissora na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (b) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de

descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;

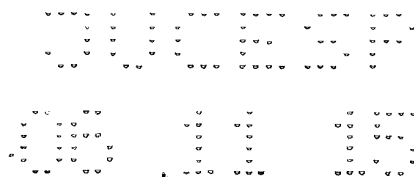
- (ii) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação ou dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre, o que ocorrer primeiro: (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de 6 (seis) meses encerrado em 30 de junho de cada ano, bem como das demonstrações financeiras da Tempo, relativas ao mesmo período, acompanhadas de relatório da administração; e (2) memória de cálculo, elaborada pela Emissora, contendo todas as rubricas necessárias para demonstrar o cumprimento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários;
- (iii) na data de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora, informando, inclusive, a data e ordem do dia dessas Assembleias;
- (iv) em até 1 (um) Dia Útil contado da ciência pela Emissora a respeito da sua ocorrência, informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura, inclusive com relação a um Evento de Inadimplemento, nos termos das Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 acima;
- (v) em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, atas de Assembleias Gerais de Debenturistas e demais documentos relacionados à presente Emissão, bem como cópia das atas de reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Emissora (se aplicável) cujas deliberações estejam relacionadas à presente Emissão;
- (vi) no menor prazo possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (vii) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;
- (viii) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de solicitação nesse sentido pelo Agente Fiduciário, os comprovantes de cumprimento de qualquer obrigação decorrente da Escritura; e
- (ix) para fins da elaboração do relatório anual de que trata o item “m” da Cláusula 9.4.1 desta Escritura, informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual e que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente

encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no item “n” da Cláusula 9.4.1 desta Escritura. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

- (b) preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM e submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM, e proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nos documentos da Oferta Restrita, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação no mercado secundário (CETIP21);
- (d) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (e) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas no âmbito da Oferta Restrita;
- (f) registrar e manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (g) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, conforme a seguir transcritas: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados na alínea (v) anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (h) fornecer as informações solicitadas pela CETIP;



- (i) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações, inclusive ambientais, necessárias ao seu funcionamento ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (j) manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações e responsabilidades (inclusive de natureza tributária, trabalhista e previdenciária) relacionadas à Oferta Restrita ou cujo não pagamento resulte ou possa resultar, a exclusivo critério dos Debenturistas, de forma justificada, em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (k) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (l) observar as disposições da Instrução GVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (m) comparecer a Assembleias Gerais sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, desde que comprovadas e, sempre que possível, observados os termos da Cláusula 9.7.5 abaixo, previamente aprovadas pela Emissora;
- (o) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens exceto por aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente de boa-fé pela Emissora;
- (p) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita estritamente nos termos da Cláusula 3.5.1 acima;
- (q) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por qualquer uma de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração ("Representantes"), a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), bem como abster-se de praticar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (em conjunto, "Condutas Indevidas"), devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e



- (r) informar ao Agente Fiduciário o início e o encerramento de cada uma das OPAs, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados de sua respectiva ocorrência.

8.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (a) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

9.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 9.3 abaixo.

9.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.2.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.2.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9.2.7. Nos termos da alínea “k” do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM nº 28, o Agente Fiduciário informa que não atua em emissões de debêntures da Emissora e/ou de sociedade integrante do grupo econômico da Emissora.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na Junta Comercial, nos termos da Cláusula 5.1.1 acima.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura (ou de eventual aditamento relativo à substituição, no caso de agente fiduciário substituto), devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos Jornais de Publicação;
- (l) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (x) pagamentos de Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (xi) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
- (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (I) denominação da companhia ofertante; (II) valor da emissão; (III) quantidade de debêntures emitidas; (IV) espécie; (V) prazo de vencimento das debêntures; (VI) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (VII) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CVM;
- (iv) na CETIP; e
- (v) no endereço do Coordenador Líder.

- (o) publicar, nos termos da Cláusula 4.12 acima, em conjunto com a Emissora e às expensas desta, Aviso aos Debenturistas comunicando que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) observar os procedimentos necessários para a realização do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;
- (s) acompanhar os Eventos de Inadimplemento e notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP; e
- (t) acompanhar o Valor Nominal Unitário e os Juros Remuneratórios, a serem calculados pela Emissora, e divulgá-los aos investidores e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) executar a Alienação Fiduciária de Ações, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e

- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) da Cláusula 9.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à assinatura desta Escritura e os demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do 1º (primeiro) pagamento, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

9.6.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

9.6.4. A remuneração acima referida não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, com relação às quais se aplica o disposto na Cláusula 9.7 abaixo.

9.6.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, conforme o caso.

9.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que tenha comprovada e razoavelmente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura ou no Contrato de Alienação Fiduciária.

9.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.5. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nas Cláusulas 9.7.3 e 9.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, caso tenham sido realizadas em discordância com: (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

As assembleias gerais de Debenturistas (“Assembleias Gerais de Debenturistas”, “Assembleias Gerais” ou “Assembleias”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras

relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do edital de segunda convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral caberá à pessoa eleita pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos nos quóruns mencionados na Cláusula 10.4.1 acima:

- (a) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- (b) as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusulas 4.2 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de

quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; (iii) à espécie das Debêntures; (iv) à Alienação Fiduciária de Ações; (v) aos dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura; (vi) às disposições e/ou aos quóruns estabelecidos nesta Cláusula X e/ou (vii) à Cláusula VII desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas nesta alínea ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é plenamente capaz, tem autoridade para conduzir seus negócios e para a celebração desta Escritura, assim como para assumir, cumprir e observar as obrigações nela contidas;
- (b) possui patrimônio suficiente para adimplir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (c) suas propriedades estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor, não havendo quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora;
- (d) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (e) a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras;
- (f) está devidamente autorizada e obteve, conforme aplicável, todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura e à

constituição da Alienação Fiduciária, bem como à celebração dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte e ao cumprimento de todas as obrigações previstas em tais instrumentos, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) esta Escritura, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, assim como as obrigações previstas em tais instrumentos, constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (i) a celebração desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e dos demais documentos da Oferta Restrita, assim como a assunção e o cumprimento das obrigações previstas em tais documentos: (i) não infringem seu estatuto social, conforme aplicável; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento de que seja parte ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (iii) não resultarão em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento de que seja parte ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito nem em (y) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iv) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora ou qualquer de seus ativos estejam sujeitos; e (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus respectivos ativos;
- (j) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, e não ocorreu qualquer Evento de Inadimplemento;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) todas as informações escritas fornecidas aos Debenturistas até a Data de Emissão para fins da Oferta Restrita, não contém qualquer informação falsa ou incorreta ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações neles contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas;
- (m) as informações prestadas e fornecidas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e dos demais documentos da Oferta Restrita, ou, ainda, para a realização da Emissão, exceto o arquivamento do Ato Societário da Emissão na

Junta Comercial, do registro das Debêntures na CETIP e do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no competente Cartório de RTD;

- (o) não há, nesta data, qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, em relação ao qual a Emissora tenha sido citada ou notificada, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que possa vir a prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e dos demais documentos da Oferta Restrita;
- (p) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente de boa-fé pela Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- (q) a Emissora observa, bem como faz com que seus gerentes, conselheiros, diretores e funcionários observem, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei Anticorrupção ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Hill Valley Participações S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 12º andar, conjunto 1201

São Paulo – SP

CEP 04538-132

At.: Srs. Daniel Sterenberg e Sergio Carneiro

Emails: daniel.sterenberg@carlyle.com; sergio.carneiro@carlyle.com; financeiro@carlyle.com

Para o Agente Fiduciário:

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca
22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel./Fax: (21) 3385-4565/ (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900 – Osasco, SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3864-2852

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br;

4010.custodiarf@bradesco.com.br;

4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel./Fax: (11) 3111-1596/ (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura; desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

12.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

12.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.6.2. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas; ou ainda (iv) nas demais hipóteses previstas expressamente nesta Escritura.

12.7. Despesas

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP;
- (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura e seus aditamentos na Junta Comercial;
- (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como o Ato Societário da Emissão; e
- (d) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.



0

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quórum para aprovação deverá ser o de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à referida Assembleia Geral.

12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na Cláusula 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

12.9. Cômputo dos Prazos

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.10. Foro

12.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de outubro de 2015.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

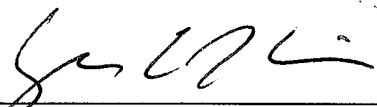
8

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA

DEBÊNTURES

Página de assinaturas 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hill Valley Participações S.A."

HILL VALLEY PARTICIPAÇÕES S.A.



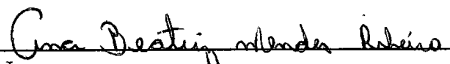
Nome: Sergio Carvalho Dias Carneiro
Cargo: Diretor




Nome: Daniel Braga Sterenberg
Cargo: Diretor

Página de assinaturas 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hill Valley Participações S.A."

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**


Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora

Testemunhas:


Nome: Evelyn Roque Leal
CPF: 35.242.897-1
RG: 362.120.158-05


Nome: Bruna Klinger Gonçalves
CPF: 34.480.524-4
RG: 327.682.208-33



